

3.5 — De Janeiro de 1996 a Janeiro de 1999 desempenhou as funções de adjunto da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo voltado a exercer estas mesmas funções no período de Junho de 2000 a Junho de 2002.

4 — Outras informações — no âmbito de acções de formação, frequentou, em 1988, um curso de formação em gestão para quadros superiores.

Frequentou um curso sobre mercado de capitais organizado pela APEC e pelo CIEF.

Tem assistido às Jornadas Monetárias e a seminários organizados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

**Despacho n.º 19 809/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeado para exercer o cargo de vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ouvido o respectivo provedor, o licenciado Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho, que para o efeito é requisitado ao Hospital de Júlio de Matos, mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### Curriculum vitae

Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho.  
Profissão — administrador hospitalar.

#### Registo académico

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1970-1975).

Pós-graduação em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa (1978-1980).

#### Registo profissional

Novembro de 2003-... — Hospital de Júlio de Matos, vogal executivo do conselho de administração.

Setembro de 2001-Novembro de 2003 — Hospital de Júlio de Matos, administrador-delegado do conselho de administração.

Junho a Agosto de 2001 — Hospital de Júlio de Matos, administrador. 1998-2001 — Instituto Nacional de Administração, requisitado para o exercício de funções no DID (Departamento de Investigação e Desenvolvimento).

Director executivo do projecto «Avaliação do Centro Hospitalar de São Tomé» (República de São Tomé e Príncipe).

Director executivo do projecto «Avaliação dos Hospitais Fernando Fonseca (Amadora/Sintra) e Garcia de Orta (Almada)».

1996-1997 — Hospital de Júlio de Matos, administrador.

1993-1996 — consultor residente, em Moçambique, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Universidade Nova de Lisboa, coordenador das consultorias realizadas, no âmbito do projecto «Eficiência hospitalar», nos Hospitais Centrais de Maputo, Beira e Nampula, com financiamento do Banco Mundial.

1989-1993 — Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, membro do grupo de trabalho responsável pelo estudo e diagnóstico do sector privado da saúde.

1987-1989 — Hospital de Júlio de Matos, administrador responsável pelos Serviços Financeiros, Aproveitamento, Arquivo Clínico, Estatística e Doentes.

1985-1987 — Hospital de São João, destacado para o exercício docente na cadeira de Administração Hospitalar da ENSP.

1984-1985 — assessor do Ministro da Saúde para a área económica e financeira no IX Governo Constitucional.

1981-1985 — Hospital Distrital de Santarém, administrador principal no período de 1981-1983.

1980-1981 — Departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde, membro do grupo de trabalho que procedeu à definição de novos critérios de financiamento dos hospitais.

1980 — Hospital de Pulido Valente, administrador responsável pelos Serviços de Arquivo Clínico, Estatística e Doentes.

#### Docência

1998-... — Escola Nacional de Saúde Pública, assistente convidado (grupo de disciplinas de Gestão de Organizações de Saúde).

1987-1993 — Instituto Superior de Contabilidade e Administração, equiparado a assistente dos 1.º e 2.º triénios da disciplina de Organização e Gestão de Empresas.

1989-1992 — docente na Escola Técnica dos Serviços de Saúde de Lisboa.

1985-1998 — Escola Nacional de Saúde Pública, prelector permanente da cadeira de Administração Hospitalar.

#### Consultoria

Consultor da Escola Nacional de Saúde Pública em Macau no âmbito da assistência técnica nos Serviços de Saúde do Território. 1997-1999.

Consultor da MCDI (Medical Care Development, Inc.) em Angola no âmbito do projecto «Saúde», subcomponente «Reforço institucional», com financiamento do Banco Mundial, 1997.

Consultor da Escola Nacional de Saúde Pública em Angola no âmbito do projecto «Assistência técnica ao Hospital Américo Boavida», com financiamento da União Europeia. 1991-1992.

Consultor da PARTEX em Angola como docente em acções de formação realizadas em Luanda e destinadas a pessoal dirigente do Ministério da Saúde, com financiamento da ASDI. 1990.

Consultor da PARTEX, no âmbito do projecto «Saúde e nutrição», no estudo sobre o sector hospitalar na República da Guiné-Bissau, com financiamento do Banco Mundial, 1989.

**Despacho n.º 19 810/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, e 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeada, para exercer o cargo de adjunta da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ouvido o respectivo provedor, a licenciada Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota Leal.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

#### Resumo curricular

Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota Leal.

Nasceu em 6 de Novembro de 1954, em Caminha.

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, em 1980.

Frequência do 3.º ano da licenciatura em Direito pela Universidade Internacional.

Em 1981-1982, desempenhou funções como assistente social e directora técnica em instituições privadas de solidariedade social (IPSS).

Em 1983, ingressou na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), na carreira de técnico superior de serviço social no quadro da função pública.

Desenvolveu e coordenou vários projectos de intervenção comunitária.

Foi directora de equipamentos sociais. Prestou apoio técnico às IPSS. Fez atendimento social à população da cidade.

Em 1987, implementou o alargamento do horário do serviço de apoio domiciliário no Bairro Alto.

Em 1989, implementou e desenvolveu o primeiro trabalho intergeracional na cidade.

Colaborou no apoio e acolhimento à população aquando do incêndio do Chiado através do estabelecimento que dirigia.

Colaborou no plano de regresso das pessoas vindas de Angola. De 1996 a 2003, foi directora de serviços da Acção Social Local da SCML.

Colaborou na implementação do projecto piloto do rendimento mínimo garantido.

Integrou grupos de trabalho de reestruturação, serviço de apoio domiciliário na cidade de Lisboa (1996). Reestruturação do Serviço de Acção Social da SCML (2001-2002).

Em 2000, foi nomeada assessora do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Educativa, tendo participado em grupos de trabalho interministeriais.

Desde 2002, é assessora da carreira técnica superior de serviço social do quadro da SCML.

Em 2004, é nomeada coordenadora de projectos de voluntariado da SCML. Implementou o Programa Mais Voluntariado Menos Solidão, em parceria com a Associação Coração Amarelo e a Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Lisboa.

Criou ainda na área do voluntariado o gabinete jurídico de apoio à população que recorre aos serviços de acção social da SCML.

Publicou vários artigos em revistas da área social. Foi prelectora em vários seminários e congressos.

Colaborou com as Universidades Católica de Lisboa, Autónoma e Lusófona e com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Participou em vários debates na comunicação social.

Durante dois mandatos integrou a direcção da Associação dos Profissionais de Serviço Social, contribuindo para a criação das primeiras delegações da Associação nas cidades do Porto e Coimbra.

É vice-presidente da Fundação Maria do Carmo Roque Pereira — IPSS — em representação da SCML.

### Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

**Aviso n.º 8049/2005 (2.ª série).** — Por ter saído com inexactidão o título do aviso n.º 7254/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005, rectifica-se que onde se lê «Inspecção-Geral do Trabalho» deve ler-se «Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social».

31 de Agosto de 2005. — A Subinspectora-Geral, *Mafalda Betencourt*.

**Aviso n.º 8050/2005 (2.ª série).** — Faz-se público que foi anulado o aviso n.º 7737/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 31 de Agosto de 2005.

31 de Agosto de 2005. — A Subinspectora-Geral, *Mafalda Betencourt*.

### Instituto da Segurança Social, I. P.

#### Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro

**Despacho (extracto) n.º 19 811/2005 (2.ª série).** — Por despachos do presidente da Câmara Municipal de Pombal, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento de, respectivamente, 14 de Setembro de 2004 e 31 de Março e 7 de Julho de 2005:

Paula Cristina Santos, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Pombal — autorizada a transferência para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Setembro de 2005. — A Adjunta do Director, *M. Joana G. Albino C. Cruz*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 19 812/2005 (2.ª série).** — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 13.º, todos do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio em comissão de serviço a enfermeira Anabela de Jesus Pereira Vala para exercer as funções de enfermeira-directora do conselho de administração do Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

**Despacho n.º 19 813/2005 (2.ª série).** — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, exonero, por conveniência de serviço, o licenciado Carlos João de Bastos Gaudêncio do cargo de enfermeiro-director do conselho de administração do Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Agosto de 2005, inclusive.

24 de Agosto de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

**Despacho n.º 19 814/2005 (2.ª série).** — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 12.º, todos do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Maria Teresa Cadêncio da Conceição Ribeiro Pedrosa para exercer as funções de directora clínica do conselho de administração do Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

### Administração Regional de Saúde do Centro

#### Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

**Aviso n.º 8051/2005 (2.ª série).** — 1 — Faz-se público que, por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro de 22 de Abril de 2005 e de 5 de Agosto de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno geral para provimento de cinco lugares de assistente da carreira médica de clínica geral desta Sub-Região de Saúde, do quadro de pessoal aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas normas do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/99, de 15 de Outubro, pelo Regulamento aprovado pela Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 13/97, de 17 de Janeiro, 19/99, de 17 de Janeiro, 335/93, de 29 de Setembro, e 427/89, de 7 de Dezembro, e pelo Código do Procedimento Administrativo.

3 — Especificação dos lugares e validade do concurso:

3.1 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o constante do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, alterado pelo n.º 412/99, de 15 de Outubro.

3.2 — O concurso é válido para os lugares indicados e esgota-se com o seu provimento.

4 — Remuneração e condições de trabalho — o vencimento é o correspondente ao escalão e índice fixados pelos Decretos-Leis n.ºs 73/90, de 6 de Março, 198/97, de 2 de Agosto, e 19/99, de 27 de Janeiro, e as condições de trabalho são as genericamente aplicáveis aos funcionários públicos.

5 — Requisitos de admissão a concurso — podem candidatar-se a este concurso os médicos, vinculados à função pública, que satisfaçam:

6 — Os requisitos gerais constantes do n.º 57 e 58 do Regulamento;

6.1 — Os requisitos especiais constantes do n.º 59.1 do Regulamento, ou seja, possuir o grau de generalista ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Fevereiro, e estarem inscritos na Ordem dos Médicos.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao coordenador desta Sub-Região de Saúde e entregues pessoalmente na sede deste organismo, sito na Rua de Dadrá, 24, Apartado 100, 6001 Castelo Branco, Codex, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, até ao último dia do período de abertura deste concurso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, naturalidade, número e data de emissão do bilhete de identidade), residência, código postal e telefone;
- Grau e categoria profissional e estabelecimento ou serviço de saúde a que o concorrente está vinculado;
- Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* em que vem publicado;
- Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;
- Pedido para ser admitido ao concurso.

7.3 — Os requerimentos devem ser acompanhados da seguinte documentação:

- Documento comprovativo do grau de generalista ou equivalente.
- Três exemplares do *curriculum vitae*.
- Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;
- Documento comprovativo do cumprimento da Lei do Serviço Militar ou de outro que o substitua, quando obrigatório;